

O Conceito de Desvio na Teoria Social Contemporânea: Modernidade e Controle

Oswaldo Bastos Neto
osvaldo@fbb.br

Resumo

Apresenta parte do itinerário que o conceito de desvio percorreu na Teoria Social Contemporânea. Aponta para algumas das principais correntes teóricas que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração das teorias sobre o desvio de comportamento e tenta estabelecer algumas relações entre o desenvolvimento conceitual-teórico com o contexto de capitalismo moderno.

Palavras-chaves: Cultura. Comportamento anormal. Desvio social. Modernidade. Controle social.

Resumo

This essay shows part of the itinerary which the deviation concept passed through on the Contemporaneous Social Theory. It points up to some of the main theoretical lines that contributed directly or indirectly to the elaboration of the behaviour deviation theories and also tries to establish some relationships between the theoretical conceptual development and the modern capitalism context.

Keywords: Culture. Behaviour abnormal. Deviation Social. Modernity. Social Control.

1 Introdução

Este artigo é uma tentativa de apresentar parte do itinerário que o conceito de desvio percorreu na Teoria Social Contemporânea. É um trabalho que não pode ser apontado como uma revisão bibliográfica apesar de ter abordado teorias importantes e autores de destaque. Há, plena certeza, da superficialidade com as quais foram tratadas as teorias e autores. Uns mais do que outros. Isso é decorrência do fato de que o objetivo é formular um quadro coerente entre algumas das principais teorias sociais, particularmente do século XX e servir de texto básico para disciplinas como Introdução à Sociologia ou Sociologia Geral. Por isso, pode servir de orientação para uma parcial revisão bibliográfica sobre o assunto. As formas de comportamento

apontadas como desvio sempre foram temas bastante (re)elaborados e controvertido nas ciências sociais. Os tipos desviantes tais como a doença mental e o crime, por exemplo, sempre foram para o homem uma realidade permeada de mistérios, mitos e preconceitos. Faz pouco tempo que se tornaram objeto de estudo da ciência. O comportamento um tanto estranho ou mesmo violento provocou e ainda provoca suspeitas, aversão, muitas vezes hostilidade; no melhor dos casos é visto com piedade ou indiferença. Não raro, doenças mentais e crimes, principalmente os violentos eram considerados sinal de posseção de demônios. Falava-se em humores, secreções etc. (FOUCAULT, 1991a; PESSOTTI, 1994; ROSEN, 1974; SZASZ, 1971).

Mais recentemente e principalmente nos dois últimos séculos, esses desvios têm sido alvo de diversas abordagens teóricas de sentido intervencionista ou apenas explicativo (BRENDLER et al., 1994).

Apesar de todas as tentativas nesse sentido não se pode dizer que tais desvios sejam de etiologia orgânica, sabendo-se apenas que problemas orgânicos podem criar distúrbios que afetam a mente. Há funções nervosas que são afetadas quando ocorre degeneração de tecidos nervosos, distúrbios endócrinos e, lesões no cérebro ao nascer, podem afetar o comportamento humano. Na busca de causas para comportamentos que não se orientavam por regras tradicionais estabelecidas por uma referida cultura, particularmente a nossa, a ciência tentou encontrar causas orgânicas tanto para as doenças mentais como para o crime, principalmente o homicídio, na tentativa tanto de desmistificar as etiologias de cunho religioso e sobrenatural, como também, para buscar soluções mais rápidas e imediatas para esses problemas.

No campo do estudo comportamental, o aperfeiçoamento das ciências sociais trouxe como resultado uma definição mais clara, precisa e direcionada por princípios exclusivos das ciências sociais. A sociologia passou a utilizar o termo desvio ao se referir a um conjunto de transgressões, aceitas como tal, num determinado contexto sócio-cultural.

Temos como exemplo a definição de Cusson (1996), que é bastante ilustrativa quando afirma:

[...] os sociólogos utilizam o termo 'desvio' para designar um conjunto heterogêneo de transgressões, de condutas não aprovadas... o desvio é um conjunto de comportamentos e de situações que os membros de um grupo consideram não conformes às suas expectativas, normas ou

valores e que, por isso, correm o risco de suscitar condenação e sanções de sua parte... um ato de desvio é antes de tudo um ato reprovado... o desvio é essencialmente o produto de um juízo feito sobre uma dada conduta ou sobre uma maneira de ser. Como tal não é uma propriedade inerente a certos comportamentos, e sim uma qualidade que lhes é atribuída pelo contexto... quando um ato outrora considerado desvio já não desperta reações, significa que deixou de ser desviante. (CUSSON, 1996, p. 413, 414, 415)

A expansão do conhecimento sócio-antropológico favoreceu o reconhecimento de que os mesmos sintomas podem conduzir a rotulação de tipos comportamentais muitas vezes com status e atribuições diametralmente opostos em culturas e contextos diferentes. Os fundamentos científicos de aferição para a distinção entre o normal e o patológico passaram a ser questionados principalmente quando direcionados para o diagnóstico de doenças mentais (CANGUILHEM, 1978). Questionou-se profundamente os limites da capacidade da ciência como forma de racionalização do mundo de criar esquemas classificatórios que estabeleçam uma relação fiel entre o conceito e o objeto. Com isso, o “olhar” exclusivamente biomédico deixou de ser o padrão mais adequado para análise da relação saúde/doença, e no mesmo sentido, o padrão jurídico no que diz respeito a relação lei/crime principalmente quando se trata de comparações entre sociedades com culturas muito diversificadas uma da outra. Temos como resultado básico uma certa relativização do que seja a condição de normal e anormal, saúde ou doença, legal ou ilegal. Podemos então admitir que em diversos níveis de complexidade (social, econômico e biológico),

[...] tais definições baseiam-se nas crenças compartilhadas em um grupo cultural sobre o que constitui o modo ideal, apropriado, de um indivíduo conduzir sua vida com relação às outras pessoas. Essas crenças determinam uma série de diretrizes sobre o comportamento culturalmente normal e, também, como será discutido mais adiante, sobre o comportamento temporariamente anormal. A normalidade é, geralmente, um conceito multidirecional. Não apenas o comportamento individual é relevante, mas também o modo de vestir, atitudes, corte de cabelo, cheiro, gostos, expressões faciais, tom de voz e o vocabulário utilizado são levados em conta, bem como a apropriação de indivíduos em determinados contextos e relacionamentos sociais. (HELMAN, 1994, p. 217).

Fica mais claro, então, que é cada sociedade, com o seu próprio padrão de cultura, que determinará quais os padrões de comportamento que serão apontados como “normais” ou “anormais”. Por isso, a “rotulação social” envolve não apenas apontar este ou aquele indivíduo como doente mental, mas, além disso, indica dentro de uma certa “variedade de opções” que tipo ou padrão cultural de comportamento estas pessoas devem adotar (GERHARDT, 1989).

Como algo próprio das ciências sociais, os estudos sociológicos e antropológicos demonstram a importância do meio ambiente sócio-cultural em que estes comportamentos desviantes ocorrem, apontando particularmente, para as contingências sociais que proporcionam a definição de um comportamento como sintomático (BATESON, 1974, 1998; BECKER, 1973; BENEDICT, 1964; COULON, 1992; GOFFMAN, 1963, 1985, 1992, 1998; LAPLANTINE, 1994; SCHEFF, 1982). Ao mesmo tempo, devido a este aspecto generalizante das ciências sociais, esses trabalhos também deixaram lacunas, principalmente no que diz respeito à questão da personalidade do sujeito transgressor, que certamente influenciará na sua reação ou adesão à situação do estigma, por exemplo.

2 As origens: ciências sociais e desvio

Durante muito tempo, no Ocidente, particularmente, prevaleceu a idéia de que cultura, só existia nas sociedades civilizadas. Para o homem europeu do século XVIII, Kultur e Zivilisation tornaram-se testemunhos de evolução. O conceito de civilização coincide e está fundamentado no desenvolvimento do pensamento iluminista com as novas discussões sobre os níveis de evolução de um estágio social para outro. Ser civilizado passou a significar ser evoluído. Gradativamente, a dualidade fé e razão vai sendo substituída pelo império da razão. Com o advento da revolução cultural chamada Iluminismo, verifica-se cada vez com mais ênfase uma concepção racionalista do mundo, uma secularização do pensamento e a destituição do sagrado como forma de explicação do mundo, um fenômeno que Weber posteriormente identificaria como o desencantamento do mundo. A idéia de sociedade substituiu a idéia de Deus como princípio ordenador do convívio humano e juízo moral.

Como conseqüência destas transformações, a visão sobre o crime, o criminoso, a sociedade e a Lei e também a relação entre esses elementos refletem este ambiente conturbado. O criminoso não é mais visto como inimigo do governante. Com o surgimento da idéia de soberania da Lei, fundada no Ocidente pelo pensamento liberal, a relação entre criminoso e a sociedade passa a ser vista de forma bastante diferente. Criminoso é um inimigo da sociedade, uma vez que, tanto ela quanto a lei são reflexos da razão e o criminoso seria uma ameaça a essa possibilidade razoável de convivência humana em grupo. Segundo Foucault (1997, p. 33) referindo-se a todo esse processo, “[...] o criminoso lesa, antes de tudo, a sociedade; ao romper o pacto social, passa constituir-se nela como um inimigo interno”. O conceito de civilização tornou-se intimamente vinculado ao de controle de si. Ser civilizado e posteriormente, no mesmo sentido, ser moderno era ter antes de tudo o controle de si, o autocontrole.

Estas concepções chegam ao século XIX de forma clara na teoria durkheimiana e nas teorias do criminoso nato. Segundo Durkheim (2002, p. 158) “[...] parece, portanto, que o homicídio diminui com a civilização. É o que confirma também um outro fato, o de que ele é tanto mais desenvolvido quanto menos civilizados são os países e vice-ver-sa” Como Durkheim (2002, p. 167) já afirmava, não há sociedade sem crime. Segundo ele, a grande questão a ser observada seria o fato de que “o essencial é que a taxa seja adequada ao estado em que se encontra a sociedade” Por isso é que

[...] o mais útil e sugestivo é descobrir como a regra funciona em nossas sociedades contemporâneas, de que causas depende o domínio maior ou menor que lhe é dado... o que faz com que um povo tenha maior ou menor inclinação ao assassinio é esse respeito ser mais difundido ou menos, é um valor maior ou menor a ser atribuído a tudo o que se refere ao indivíduo. (DURKHEIM, 2002, p. 157).

Por forte influência do positivismo, surgem na Europa as principais correntes da sociologia e antropologia criminal. O conceito de criminoso nato encontra terreno fértil para sua propagação, uma vez que, por conta dos impactos causados pelo desenvolvimento do capitalismo, numa sociedade até então ainda muito fundamentada na moral da tradição, o novo modelo de sociedade urbana apresentava os típicos problemas que se tornariam características permanentes. O crime toma novos perfis, homicídios

tornam-se mais freqüentes o roubo atenta contra a propriedade burguesa, a prostituição contra a moral puritana e a vagabundagem contra a disciplina do trabalho.

Na ânsia de explicações e soluções, a estatística tornou-se instrumento fundamental de medição do potencial criminal que uma pessoa poderia ter. Encontrar traços atávicos principalmente na cabeça onde reside a mente era, para frenologistas e lombrosianos, questão da maior importância (GOULD, 1999). O presídio ou a penitenciária passou a ser pensada como local propício para a reeducação daqueles que de forma relativamente involuntária, porque assim determinava a sua biologia associada ao contexto sócio-cultural urbano, tinham que ser convertidos para voltar ao convívio social. A idéia de “inferior” parecia agora comprovada pela ciência. Para conter estas formas de desvios surge a idéia de eugenia eu: boa; genia: geração como ideal político de controle social. Penitenciárias e hospícios ganham cada vez mais os perfis que possuem hoje.

Ao mesmo tempo e num sentido mais amplo, a antropologia foi aos poucos trazendo para o âmbito do contexto os tipos de comportamento diferenciados e característicos de cada cultura. Antes, com a descoberta do outro enquanto selvagem, aquele que habita nas selvas, estava atestada a crença na evolução civilizatória do homem renascentista europeu. Ora admirado, ora rejeitado como exemplo da infância humana, o silvícola do novo mundo tornou-se comprovação empírica que justificou no século XIX, os conceitos evolucionistas de mentalidade primitiva ou mentalidade pré-lógica. Posteriormente, a “descoberta” de que havia algo que aproximava este “outro primitivo” e o “homem civilizado” europeu formando na verdade um “nós”, indicava que entre o homem civilizado e o primitivo existiam elos que corresponderiam à humanidade, ou aspectos humanos que nos remetem à noção de universalidade humana dentro da antropologia.

A partir principalmente de Mauss (1981), rompe-se definitivamente com o evolucionismo que sustentava tanto a idéia de “homem primitivo”, como justificava o projeto de colonização civilizacional. A relação entre os conceitos de homem primitivo e homem civilizado revelava também um suposto estágio filogenético da espécie humana. As maneiras de se comportar culturalmente caracterizadas começam a ser compreendidas dentro dos limites sócio-culturais que lhes correspondem. Nesse sentido, para Mauss

(1981), a doença mental, o crime ou qualquer outra forma de desvio, jamais poderia ser reduzida ao psiquismo individual, pois o homem na sua totalidade, expressa a complexa relação biopsicossocial. O aspecto sócio-cultural, entretanto, adquire relevância pelo fato de que as maneiras de agir e sentir são definidas socialmente e por isso, o desvio compõe um conjunto de normas de comportamento culturalmente dadas.

2.1 Novas explicações para velhos problemas

Estas novas teorias estimularam alguns antropólogos a pensar em “padrões” ou “configurações” culturais. Os “tipos” de caráter associados aos Padrões de Cultura trabalhados por Benedict (1964), além das diversas combinações de elementos “apolíneos” e “dionisíacos” em culturas distintas efetivados por Mead (1988) em seus estudos sobre Samoa e Nova Guiné, fazem surgir novas explicações que salientam a relação dos tipos de comportamentos e padrões de cultura. Na introdução de Padrões de Cultura de R. Benedict o próprio Boas (1964), nos diz:

“Como a autora põe em relevo, nem todas as culturas são definidas por um caráter dominante, mas parece provável que quanto mais íntimo é o nosso conhecimento dos impulsos culturais que determinam o comportamento do indivíduo, tanto mais reconhecemos que nelas dominam certos refreamentos de emoção, certos ideais de conduta, que explicam atitudes que a nós nos apresentam como anormais quando vistas do ponto de vista da nossa civilização. A relatividade do que se considera social ou associial, normal ou anormal, aparece-nos agora a uma nova luz”. (BOAS, 1964, p. 8)

O culturalismo americano sofreu muitas críticas no sentido de ter efetivado uma redução dos comportamentos humanos a “tipos”. Para alguns de seus críticos os resultados destas análises, seriam muito mais o resultado da intuição do pesquisador do que a revelação e análise de dados empíricos. Mas, ainda assim, os autores desta Escola tiveram suas obras retomadas como suportes teóricos básicos para o desenvolvimento, por exemplo, da Escola Cultura e Personalidade e da Etnopsiquiatria. A primeira trouxe o conceito de personalidade para mais próximo do conceito de cultura. De um modo geral,

os representantes desta Escola interpretaram a personalidade vista como resultado da convergência de diversos fatores que constituem o ser humano e elo fundamental da relação entre este e a sociedade, as características pessoais e a relação com a cultura. Muito influenciada pela psicanálise estas abordagens muitas vezes partiram do princípio de que qualquer cultura tem a inevitável e inerente condição de frustrar parcialmente, porém dolorosamente, os instintos humanos inclusive, a agressividade e a sexualidade humana. A segunda consiste no

[...] estudo das relações entre as condutas psicopatológicas e as culturas nas quais se inscrevem. Mais exatamente, é uma pesquisa pluridisciplinar e uma prática terapêutica nela fundamentada que se esforça para compreender a dimensão cultural das perturbações mentais e a dimensão psiquiátrica das culturas, evitando o duplo obstáculo que consistiria em relativizar toda a psiquiatria ou psiquiatrizar toda a cultura. (LAPLAN-TINE, 1994, p. 14).

3 A Escola de Chicago e o interacionismo simbólico

A Escola de Chicago notabilizou-se pelas inúmeras pesquisas sobre o fenômeno da marginalidade e criminalidade, delinquência juvenil e doença mental. Foi muito influenciada pela filosofia pragmatista de Mead (1977, p. 50), segundo o qual, propõe o estudo do indivíduo relacionado com o grupo social ao qual pertence enfatizando a “experiência do indivíduo do ponto de vista de sua conduta” A Escola de Chicago deu origem a muitos estudos importantes para a sociologia americana (BECKER, 1973; BLUMER, 1977; COOLEY, 1949; PARK, 1949). Foi, inclusive a partir dos estudos sobre criminalidade feitos pela Escola que surge o conceito de organized crime, “crime organizado”. Passou-se, a chamar “Escola de Chicago”, os estudos realizados na Universidade de Chicago, entre as décadas de 1910 a 1940. Park (1977) importante representante da Escola retrata muito bem o direcionamento de tais estudos:

“Todavia, nem os orfanatos, nem qualquer outra instituição chegou ainda a substituir o lar. Eles não conseguem criar recordações e tradições que gostamos, sempre, de respeitar. A delinquência se desenvolve em tais coletividades e não fora delas. Aumenta quando as instituições asseguram o controle social com a ajuda de modelo racional e não tradi-

cional. Assim, a delinqüência aparece como conseqüência do mau funcionamento das organizações que encontramos na coletividades sociais”. (PARK, 1977, p. 88).

Apesar de muitas diferenças a respeito, inclusive, quanto ao objeto de estudo, a pesquisa empírica tanto quantitativa como qualitativa tornou-se lugar comum entre estes estudos, a cidade ou o ambiente urbano visto como “laboratório”. Essa idéia também está muito clara em outra passagem de Park (1977), quando ele diz:

Mas o crescimento das grandes cidades, a divisão do trabalho das empresas industriais e os incessantes movimentos criados pelos novos meios de transporte e de comunicação não deixaram de ter grandes conseqüências. Com eles, os meios tradicionais de controle social (a família e o grupo de vizinhança) perderam quase toda a importância. (PARK, 1977, p. 88).

Esses trabalhos se caracterizaram também pela busca de conhecimento para a resolução de problemas concretos. Quanto à criminalidade os estudos da Escola chegam a algumas conclusões:

As origens das gangues parece espontânea. Ela nasce dos encontros de rua entre adolescentes desocupados que passam a maior parte do tempo perambulando, jogam e bebem juntos, são solidários, ajudam-se mutuamente e estimulam-se. Mas a característica decisiva que transforma esse grupo em gangue é o fato de que ele se desloca encontra outros grupos hostis... há, é claro, diversos tipos de gangue. Uma vez consolidada procura às vezes que se reconheça uma existência legítima na comunidade... ou, ao contrário, age como uma sociedade secreta. Outras formam entre elas uma espécie de federação, fazem alianças com organizações políticas. No entanto, muitas gangues não resistem ao desgaste do tempo. Além do fato de que muitas dentre elas não passam do primeiro estágio do simples agrupamento, a solidariedade de uma gangue nunca é muito duradoura... a lealdade de seus membros não é infalível e a autoridade de seus líderes é com freqüência provisória. (COLLON, 1995, p. 63, 64, 65).

Durante o período das entre guerras, a sociologia tanto americana quanto européia, sofreram críticas severas quanto ao excesso de teorizações. A falta de indicações para procedimentos empíricos estigmatizou as ciências sociais em meio a uma sociedade de intensas transformações. Foi talvez, o pragma-

tismo americano, uma das primeiras respostas à essas críticas. As anomias tornaram-se traço marcante das sociedades capitalistas, principalmente, como já ocorria há muito tempo, nos grandes centros urbanos. Essas críticas se estenderam inclusive à sociologia e a antropologia criminal e, numa reação aos paradigmas craniométricos partiram para o extremo oposto tentando fazer crer que o comportamento criminoso poderia ser enquadrado nas definições usuais acerca do desvio.

A definição mais consensual de entender o desvio como mera conseqüência de juízo de valor e por isso, sem uma realidade própria, passa a sofrer fortes questionamentos. Além disso, houve também o surgimento de críticas, apontando a insuficiência dos estudos da Escola de Chicago, no sentido de trazer resultados objetivos e propostas de ações para conter o avanço dos diversos problemas urbanos por ela abordados. Com isso, “[...] pode-se, então, entender o declínio da criminologia e da sociologia do desvio no decorrer dos anos 70. Esta foi suplantada nesta década pela sociologia da reação social.” (CUSSON, 1996, p. 420).

Mas, ao mesmo tempo, cabe lembrar, que as ciências sociais não seguem em caminho reto. O Interacionismo Simbólico surge também por volta da década de 30 trazendo contribuições importantes para o desenvolvimento da sociologia americana. Autores como Cooley (1949) e posteriormente Blumer (1977) trazem importantes contribuições para o entendimento do significado da ação social que passa a ser objeto de estudo de fundamental importância. Daí porquê surgem conceitos como grupos primários, distância social, face a face além da incorporação e adaptação para as ciências sociais do já existente conceito de self. Nesse momento, Cooley (1949, p. 190) se torna um destaque. Desenvolve o conceito de grupos primários que para ele

[...] se caracterizam pela íntima associação e cooperação face à face. Eles são primários em muitos sentidos, mas principalmente no de serem eles fundamentais na formação da natureza social e dos ideais sociais do indivíduo. O resultado da associação íntima é, psicologicamente, certa fusão de individualidades num todo comum, de modo que o próprio self do indivíduo, pelo menos para muitos propósitos, é a vida e o propósito comuns do grupo. A maneira mais simples de descrever esta ‘totalidade’ é, talvez, dizer que constitui um ‘nós’, envolvendo a espécie de simpatia e mútua identificação para os quais ‘nos’ é a expressão natural. (COOLEY, 1949, p. 190).

Muito influenciado por Cooley, Blumer (1977, p. 37, 38) vai difundir a expressão interacionismo simbólico dando ainda mais ênfase à questão do significado nas relações sociais.

A sociedade humana acha-se composta de indivíduos que desenvolvem o seu 'eu'; a ação individual é uma construção e não uma ação espontânea, sendo construída pelo indivíduo à mercê das características das situações que ele interpreta e a partir das quais ele age... do ponto de vista da interação simbólica, a sociedade humana deve ser olhada como composta de atores, e a vida da sociedade como resultado de suas ações. (BLUMER, 1977, p. 37, 38)

A partir desta perspectiva, o desvio torna-se inteiramente vinculado à percepção que o homem faz de si mesmo e do mundo à sua volta. Definitivamente, tornou-se raro encontrar entre as mais importantes correntes da teoria social do pós-Segunda Guerra, no século XX, alguma explicação para o desvio que buscasse explicar o problema nos termos que foi tentado no século XIX, quando predisposições biológicas associadas a fatores do meio ambiente formavam campo favorável para desvios como o crime e doença mental, por exemplo.

3.1 A incursão no psiquismo: a resposta está na estrutura

Com um objetivo de análise mais específico, na década de 50, uma equipe de pesquisadores chefiada pelo antropólogo Bateson (1971) se propôs a responder a seguinte questão: “[...] em que condições no processo de socialização, pode ser produzida e desenvolvida a esquizofrenia?”

Depois de vários anos, estudando as relações entre mãe e filho nas famílias de doentes internados em instituições psiquiátricas, Bateson (1971) desenvolveu uma teoria que chamou de duplo vínculo. Trata-se de um processo comunicativo, que para ele se dá entre mãe e filho, no qual mensagens contraditórias predominam na relação. Durante esses vários anos de pesquisa foi possível perceber algumas características particulares e inerentes a esta relação dual que iriam embasar sua tese do duplo vínculo, indicando que este tipo de relação poderia ser apontado como uma das causas da esquizofrenia.

Primeiramente, segundo Bateson (1971), uma mulher extremamente insegura caracteriza a mãe esquizofrenogênica que trará com seu filho uma relação marcadamente contraditória. Esta contradição poderá ser percebida especificamente no âmbito da comunicação entre mãe e filho. A mãe por ser uma pessoa muito insegura, acaba por impor e cobrar do filho um tipo de relacionamento em que as mensagens não são muito claras e definidas. Em outras palavras, a tipologia materna é definida como:

[...] uma mãe que não pode aceitar seus próprios sentimentos de ansiedade e hostilidade para com o filho, e cuja maneira de negá-los, consiste em ter uma conduta amorosa manifesta, para lograr que o filho lhe responda de maneira afetuosa, e que se aparta dele se ele não faz (BATESON, 1971, p. 35).

Para entender estas situações ou mais especificamente, as mensagens e conseqüentemente a própria relação duplo vínculo, é preciso ter claro que as mães esquizofrenogênicas possuem duas características fundamentais que atuam, muitas vezes, quase simultaneamente. São mulheres extremamente inseguras e estão constantemente cobrando dos filhos uma aproximação que devido à sua própria insegurança não conseguem retribuir.

O duplo vínculo pode ocorrer em uma única fase na vida de um indivíduo, mas geralmente e para que tenha efeito sobre a formação da personalidade, é necessário que as atitudes que caracterizam esta relação ocorram com certa freqüência tornando-a cotidiana e habitual. Na verdade, a relação duplo vínculo é, em si mesma, uma relação permeada de contradições. Por isso,

[...] o indivíduo participa de uma relação intensa, isto é, uma relação em que sente que é de uma importância vital discriminar acertadamente que tipo de mensagem lhe comunica para poder responder adequadamente. O indivíduo se vê envolvido em uma situação em que a outra pessoa expressa duas ordens de mensagens e uma delas nega a outra (BATESON, 1971, p. 29).

E, como conseqüência, “[...] o indivíduo é incapaz de efetuar um comentário acerca das mensagens que recebeu, para corrigir assim, sua discriminação enquanto a que ordem de mensagens deve responder, isto é, não pode fazer uma intervenção metacomunicativa.” (BATESON, 1971, p. 29).

Duas das principais críticas tecidas contra a teoria do duplo vínculo são: 1) que Bateson não leva em consideração os fatores biológicos no desenvolvimento da esquizofrenia. 2) não leva em consideração a importância da figura do pai no processo em questão. A primeira crítica nos remete a uma discussão epistemológica e metodológica da teoria de Bateson. Este autor não se propõe, em momento algum, a tratar das questões biológicas dos indivíduos estudados. Talvez, porque, além da sua formação de antropólogo, sua especialidade era comunicação e seu interesse de estudo foi delimitado como sendo a comunicação entre mãe e filho e, a partir daí, perceber como poderia essa troca de mensagens favorecer o desenvolvimento do que a psiquiatria designa como esquizofrenia. A segunda crítica refere-se ao fato de que se costuma afirmar que Bateson não deu muita atenção à figura do pai. Entretanto, no quadro explicativo proposto pelo autor, a figura do pai tem uma explícita importância até mesmo no próprio desenvolvimento ou não da doença, já que ele na sua condição de autoridade dentro do grupo familiar é visto como o único ou talvez o mais indicado, para romper esta comunicação entre mãe e filho, dando a este último oportunidade de percebê-lo como um ponto de referência relativamente fixo e coerente através do qual possa pautar a sua conduta na formação da personalidade. Nas palavras de Bateson (1971, p.35

“[...] a ausência de alguém na família, como um pai forte e intuitivo, capaz de intervir na relação entre a mãe e o filho e apoiar este frente às contradições existentes [...]” torna-se uma das características gerais das famílias onde ocorre a relação duplo vínculo.

A única crítica que realmente podemos tomar como pertinente à teoria do duplo vínculo de Bateson e todos os autores que seguiram mais ou menos esta orientação, vem da antipsiquiatria particularmente de Laing (1982, 1983, 1989), que começa por apontar problemas em se afirmar que existem “mães esquizofrenogênicas”. Para este autor, não existe propriamente uma “mãe esquizofrenogênica” e sim um ambiente esquizofrenogênico, particularmente a família. Por isso,

[...] o pai, ou qualquer outro adulto relevante, pode representar papel decisivo na vida da criança, direta ou indiretamente através da mãe. Estas considerações sugerem que seria melhor falarmos em termos de famílias esquizofrenogênicas, e não exclusivamente em mães esquizo-

frenogênicas. Pelo menos isso incentivaria mais relatórios sobre a dinâmica da constelação familiar como um todo, em vez do estudo da mãe, ou do pai, ou dos irmãos sem bastante referência ao todo da dinâmica familiar (LALING, 1982, p. 210).

Seguindo esta idéia, podemos afirmar que, no caso de “famílias esquizofrenogênicas”, dar-se-á uma ruptura no “elo mais fraco dessa corrente”, o qual, responderá de maneira inconstante e radical, expressando dessa forma características peculiares de um meio familiar permeado de contradições em si mesmo. Em outras palavras, quando um indivíduo se percebe incapaz de discernir o significado das mensagens emitidas em meio a certas contradições, adota uma conversão no sentido de tornar-se uma outra pessoa ou manifestar-se como alguém que está num outro lugar, numa outra realidade.

No mesmo momento em que Bateson (1971) está desenvolvendo sua teoria abordando a relação entre estrutura psíquica e meio ambiente, outras abordagens estão tratando da relação entre estrutura social e indivíduo.

A tentativa de uma análise científica e totalizante da sociedade, já por influência de Durkheim (2002) e Mauss (1981), dá origem a um movimento teórico que teve como resultado o funcional-estruturalismo. A grande influência da lingüística na antropologia levou determinados autores como Levi-Strauss (1989) a adaptar os conceitos e métodos lingüísticos para a teoria social contemporânea. A importância dada às relações significante e significado são orientadas no sentido de fazer entender o valor que tem cada elemento componente da estrutura na sua relação entre os demais componentes formando a estrutura. Daí, temos a estrutura explicada através da relação entre os significantes e significados, dualidade que pode ser traduzida também através da noção de inconsciente versus consciente. Em *O Pensamento Selvagem*, Levi-Strauss (1989) abordou esta questão, afirmando:

[...] primeiro, o homem é semelhante ao jogador que, quando se senta à mesa, toma na mão cartas que não inventou, pois o jogo de cartas é um dado da história e da civilização. Em segundo lugar, cada repetição das cartas resulta de uma distribuição contingente entre os jogadores e se faz sem que eles percebam. Há mãos aceitas passivamente mas que cada sociedade, assim como cada jogador, interpreta nos termos de vários sistemas, que podem ser comuns ou particulares: regras de um jogo ou regras de uma tática. E se sabe muito bem que com a mesma mão jogadores diferentes não farão a mesma partida, se bem que não possam, coagidos

também pelas regras, jogar qualquer partida com qualquer mão. (LEVI-STRAUSS, 1989, p. 111)

Percebe-se então que mesmo onde há “táticas” e “estratégias”, determinadas “regras” são seguidas muitas vezes sem que os sujeitos as percebam. São estruturas universais, que se apresentam no comportamento humano, apesar de cada sistema cultural estabelecer suas próprias interpretações no decorrer histórico da exteriorização das “regras do jogo”. Em outras palavras, o estruturalismo enquanto teoria social parte do pressuposto de que uma estrutura antecede a existência dos sujeitos e, na sua interpretação, prioriza os significantes em detrimento dos significados deixando de lado as interpretações ou experiências dos sujeitos. Apesar da concepção de sistema se dá ao nível analítico voltada para a compreensão do mundo dado, o estruturalismo propõe que o mundo dado seja entendido como um sistema, uma estrutura.

O sistema é entendido como uma composição de unidades ou elementos. As unidades formam uma relação com outras unidades do mesmo sistema e só assim elas adquirem significados. Estas unidades, ao mesmo tempo, podem ser tomadas como outros subsistemas. Sistemas e subsistemas, entretanto, não formam qualquer relação, ou seja, para serem definidos como tal precisam estabelecer uma relação específica entre as unidades. Uma morfologia é que leva ao conceito de estrutura social.

Contemporâneo de Levi-Strauss, Dumont (1992) em *Homo Hierarchicus*, justificou o conceito de sistema quando tentou definir o de casta: A casta, unificada do exterior, é dividida do interior. Mais geralmente, uma casta particular é um grupo complexo, um encaixe, se se quiser, de grupos de diversas ordens ou níveis, onde as funções diferentes (profissão, endogamia etc...) se ligam em níveis diferentes. Finalmente, muito mais que um ‘grupo’ no sentido comum, a casta é um estado de espírito que se traduz pela emergência, em diversas situações de grupos de diversas ordens a que se dá geralmente o nome de ‘castas’. Eis porque não se deve ver o conjunto a partir da noção dos ‘elementos’ constituintes, mas a partir da noção de ‘sistema’, segundo a qual alguns princípios fixos presidem ao agenciamento de ‘elementos’ fluidos e flutuantes (DUMONT, 1992, p. 84).

Cada elemento tem a sua particularidade ou especificidade oriunda da relação em que este elemento se encontra no sistema. Na perspectiva estruturalista só é possível entender a particularidade de acordo com a mediação do elemento dentro do sistema. Para Dumont (1992),

[...] um fonema só possui características que o opõem a outros fonemas, ele não é qualquer coisa, mas apenas o outro dos outros, graças ao que significa alguma coisa. Falaremos de estrutura particularmente neste caso, quando a interdependência dos elementos de um sistema é tão estrita, que eles desaparecem sem resíduo quando se faz o inventário das relações [...] (DUMONT, 1992, p. 91).

Na diferenciação entre A e b, ocorre a necessidade de pensar a interação entre A e B para definir um e outro pois, é pela interação que se define a diferenciação. A interação se dá dentro de uma ordem ou aspecto normativo que caracteriza também sua permanência, estabilidade e é assim que essa ordem deve ser pensada, já que é na estabilidade da relação entre os elementos e só assim, que estará assegurada uma manutenção da ordem e identificação de sua morfologia. Ao admitir a estrutura como anterior à existência dos sujeitos, podemos entender que a ação social é pensada como estruturada por um sistema. A ação social é vista como totalmente imersa nessa estrutura, tornando-se deste modo, um reflexo das estruturas onde a perspectiva do sujeito, a sua intencionalidade, são apagadas em favor do código ou das estruturas. Sobre este aspecto Dumont (1992, p.54) diz: “[...] o homem age em função do que ele pensa e [...] ele o faz a partir de categorias que são socialmente dadas [...].”

Uma discussão importante dentro do estrutural-funcionalismo foi desenvolvida por T. Parsons trazendo uma utilização interessante dos conceitos de normalidade e desvio. Sua interpretação acerca da doença, por exemplo, foi um passo decisivo na elaboração de um quadro de referência que enfocasse os aspectos sociais do fenômeno do desvio comportamental, particularmente do adoecer e do tratar nas sociedades urbano-industriais. Para isso, Parsons (1995) parte do conceito de papel social como

[...] o setor organizado da orientação de um ator que constitui e define sua participação num processo de interação. Compreende um conjunto de expectativas complementares, que dizem respeito à suas próprias ações e às dos outros que com ele interagem. Tanto o ator como aqueles

que interagem com ele compartilham das mesmas expectativas (PARSONS, 1965, p. 64).

É a partir daí que podemos compreender o conceito de desvio de comportamento na teoria parsoniana. Assim, ele observa:

[...] os desvios dentro de certos limites não provocam sanções. Esta margem de liberdade faculta a atores de personalidades diferentes preencherem os requisitos ligados a mais ou menos os mesmos papéis sem demasiada tensão (PARSONS, 1965, p. 64).

Entretanto,

[...] há exigências funcionais que limitam o grau de incompatibilidade entre espécies possíveis de papéis dentro do mesmo sistema social. Essas exigências se relacionam com a manutenção de um sistema social total”. Pois, “um sistema social... deve ser coerentemente organizado e não um mero conjunto de comportamentos reunidos ao acaso (PARSONS, 1965, p. 64).

Desta forma, salientamos os conceitos doença mental, drogadição e crime na teoria social como uma forma de comportamento adotada por determinados sujeitos(atores) dentro de contextos sócio-culturais mais delimitados. Os desvios são explicados como diferenças entre o que foi feito e o que deveria ser feito pelos atores desviantes. Parsons (1995), por sua vez, contribui para uma discussão mais ampla sobre o caráter social da dualidade saúde e doença ou o normal e o patológico, ao observar que

[...] a desorganização pessoal e a social constituem dois lados do mesmo processo concreto. Isso, evidentemente, tem implicações muito importantes, tanto para a psiquiatria quanto para a ciência social... a doença como forma de comportamento desviante não é um fenômeno singular, mas um tipo dentro de uma categoria ampla. É uma dentre um conjunto de alternativas que se abrem para o indivíduo (PARSONS, 1965, p. 322).

O processo que abarca o surgimento da doença, a reação social, e a definição de papéis até que as condutas inadaptadas se tornem uniformes e estáveis, envolve “mecanismos especiais de defesa e ajustamento” que apontam para o fato de que o doente mental tem um papel social com todas as

suas complexas implicações. Por isso, a doença não pode ser vista apenas como uma “condição patológica” é também um ajustamento ao sistema social que contraria ao mesmo tempo outras formas de condutas aceitas.

Deste modo, são as relações com os outros, mais especificamente as pressões provenientes destas relações, e a não adequação a determinados papéis atribuídos, que podem “motivar” a pessoa adotar uma postura “desviante” com relação às regras e normas estabelecidas e esperadas dentro de um sistema social. A doença mental, a drogadição e as formas de comportamentos desviantes podem então ser interpretados como uma alternativa motivada, entre muitas outras opções, aonde se realiza também um “ajustamento motivado” que se refere à adequação entre as características psicológicas da pessoa e as relações com os outros no mundo social. “A pessoa doente (seja esta doença física ou mental) está, por definição, incapacitada, de algum modo, de cumprir obrigações sociais normais, e a motivação da pessoa doente a ficar ou permanecer doente tem alguma coisa a ver com esse fato”. (PARSONS, 1965, p. 319).

Segundo Parsons (1965) são quatro as principais etapas sociais do processo de adoecimento e recuperação que envolve os conceitos de normal e desviante: 1) o indivíduo é privado de algumas das obrigações sociais, 2) os “outros” concorrem para a manutenção e abuso dos “privilégios de doente”, 3) estar doente torna-se um papel socialmente definido, e por último, 4) define-se também o status de doente devido a uma necessidade de ajuda e uma ajuda também presumivelmente definida por ser especializada. Talvez, em certos casos, assumir a própria situação de doente possa ser uma tentativa de rompimento frente a determinados valores sociais, principalmente uma negação ao cumprimento de determinados papéis e/ou a efetivação de reações esperadas frente a situações da vida cotidiana. Devido à probabilidade da isenção de responsabilidades, o doente passa ter o “direito” de manifestar “desejos” e “fantasias” que em outra condição, como pessoa “normal” provavelmente não lhe seria permitido ou pelo menos esperado (PARSONS, 1965).

A “incapacidade” do indivíduo de assumir algumas responsabilidades atua como fator motivacional ligado ao surgimento e permanência da doença ou condição de doente. Isso se dá porque as pressões sociais exigidas no enquadramento dos papéis podem ser desorganizadoras tanto ao nível da personalidade dos indivíduos como das relações sociais subjacentes ao cum-

primento das expectativas. A escolha de novas posturas, de novos papéis frente ao mundo é reflexo de muitas variáveis. No conjunto, as alternativas dos novos papéis referentes à doença e o seu tratamento seguem a influência de diversos aspectos motivacionais, tais como a própria personalidade do indivíduo, e suas relações sociais, que se refletem profundamente no tipo de ajustamento buscado. Em outras palavras, deixando de lado os fatores biológicos da doença, pode-se dizer que o indivíduo é socialmente induzido a assumir o papel de doente, mas, se no processo de adaptação não adotar formas socialmente convenientes de comportamento gerará fatalmente mais conflitos do que os que são próprios da situação de desvio e que, por sua vez, terão de ser resolvidos por outros meios. Neste ponto, entra a figura do terapeuta, que exerce a função, antes de tudo, de mediador entre as forças e tendências conflitantes. Com certeza, em boa medida, o terapeuta surge como mais um eficiente mecanismo de controle da sociedade moderna.

Parsons (1965, p. 318) interpretou a doença enquanto comportamento desviante na nossa sociedade, como um fenômeno socialmente motivado, como uma das maneiras de evitar as pressões do mundo industrializado. Por isso, a doença mais os processos terapêuticos (incluindo os papéis tanto do doente como do terapeuta) contribuem para o que ele chama de “[...] equilíbrio social geral da moderna sociedade ocidental”. Entretanto, torna-se necessário que o processo terapêutico tenha como proposta principal algum tipo de readaptação social que implique, por sua vez, na possibilidade da realização dos papéis de modo normal, deixando assim implícita, a idéia de que o indivíduo ou tem ou readquiriu condições mínimas necessárias de saúde física e/ou mental.

Com essas observações de Parsons, fica mais claro o papel da teoria social na compreensão do fenômeno da normalidade e do desvio na sociedade moderna. Nessa perspectiva, podemos dizer que a teoria parsoniana contribuiu para a ampliação da visão sobre as implicações sociais da doença enquanto desvio, privilegiou o contexto de ajustamento interativo na análise da doença mental e, ao mesmo tempo, apontou para situações em que os comportamentos sintomáticos ou desviantes tornam-se possivelmente mais compreensíveis.

3.2 A “Reação Social” como caminho para o estigma

Estabelecendo um diálogo com a teoria parsoniana do papel social, Goffman (1998) desenvolveu uma análise sociológica da doença mental privilegiando as “situações sociais” ou os contextos interativos em que esta é socialmente produzida e mantida. Segundo ele, na efetivação dos diversos papéis sociais ou nas várias representações do próprio eu no decorrer da vida cotidiana, os indivíduos tendem para a manutenção da similitude da comunicação entre si e acima de tudo atuam para sustentar uma certa “aparência” no cumprimento de papéis e situações específicas. Esta aparência torna o ator e o grupo enquanto platéia, participantes de um mesmo espetáculo. A partir dessas idéias ele abordou a construção sociológica da doença mental.

Em outro trabalho, Goffman (1992) deu ênfase à situação do doente mental relacionando o doente, a sociedade e a instituição manicomial. Nas suas palavras,

[...] as pessoas que se tornaram pacientes de hospitais para doentes mentais variam muito quanto ao tipo e grau de doença que um psiquiatra lhes atribuiria, e quanto aos atributos que os leigos neles descreveriam. No entanto, uma vez iniciados nesse caminho, enfrentam algumas circunstâncias muito semelhantes. Como tais semelhanças não decorrem da doença mental, parecem ocorrer apesar dela. Por isso, é um tributo ao poder das forças sociais que o status uniforme de paciente mental possa assegurar, não apenas um destino comum a um conjunto de pessoas e, finalmente, por isso, um caráter comum, mas que essa (re)elaboração social possa ser feita com relação ao que é talvez a mais irreduzível diversidade de materiais humanos que pode ser reunida pela sociedade (GOFFMAN, 1992, p. 113).

Na interação entre “os atributos que os leigos descrevem”, o “poder das forças sociais” simbolizadas pelos traços culturais, e a “uniformização do status” de doente mental particularmente através do diagnóstico, podemos identificar um caminho característico, uma “carreira” de doente mental.

Goffman utiliza o termo “carreira” para indicar a trajetória que o indivíduo percorre ao ser diagnosticado como doente mental. Nesta trajetória e de forma mais radical, a partir do momento em que se dá a hospitalização uma série de alterações psíquicas e sociais são produzidas afetando o compor-

tamento do indivíduo. O autor divide a “carreira moral do doente mental” em “fase de pré-paciente” e “fase de internado”. A primeira se caracteriza por “[...] um modelo de expropriação; começa com relações e direitos e termina, no início de sua estada no hospital praticamente sem relações ou direitos”. (GOFFMAN, 1992, p.116). No contexto norte-americano estudado por Goffman (1992), o contato com a instituição manicomial ocorre fundamentalmente através de dois meios: 1) o indivíduo se dirige ao hospital por vontade própria por achar que o internamento pode oferecer algum benefício a si mesmo, 2) o indivíduo é dirigido ao hospital psiquiátrico, levado geralmente por parentes para o que poderia ser chamado de internamento forçado e em alguns casos sob vigilância policial. No que diz respeito a este segundo ponto podemos lembrar que para este autor a família tem um papel muito importante nestas tomadas de decisões, pois em consequência desta interação “[...] alguns se internam porque a família pediu que o façam, ou ameaçou, que em caso contrário, se romperiam os laços familiares (GOFFMAN, 1992, p. 116)

Segundo Goffman (1992), as crises que dão origem a qualquer uma das duas maneiras de internamento se desencadeiam como reação

[...] a certa disposição da vida face-a-face - um lar, um local de trabalho, uma organização semi-pública, como igreja ou uma loja, uma região pública, como por exemplo uma rua ou um parque. Frequentemente existe também um denunciante, alguma pessoa que pratica a ação que finalmente levará à hospitalização. Esse denunciante pode não ser a pessoa que toma a primeira providência, mas aquela que realiza o primeiro movimento eficiente. Aqui está o início social da carreira de paciente, independente do ponto em que possa ser localizado o início psicológico de sua doença mental (GOFFMAN, 1992, p. 116).

A segunda fase do internamento, irá se caracterizar principalmente pela perda do contato e das relações com as pessoas que faziam parte da vida cotidiana do indivíduo. Tem início então um processo de adaptação que envolve uma adequação do paciente com o pessoal da administração, os demais pacientes, além da aceitação da sua própria condição de doente mental. Inicia-se o fenômeno que podemos chamar de anulação do Eu. Durante este processo

[...] o doente muitas vezes responde a essa situação tentando apresentar uma história triste, onde prova que não está ‘doente’, que o ‘pequeno problema’ que teve foi, na realidade, provocado por outra pessoa, que

seu passado teve honra e retidão, e que, portanto, o hospital é injusto ao impor-lhe o status de doente mental (GOFFMAN, 1992, p. 130).

Percebemos então, como a “carreira”, a trajetória é muito complexa. Nela ocorre tanto a identificação do comportamento como desvio e problema, quanto a estigmatização que fortalece o status e a efetivação do papel de comportamento “patológico” no sentido mesmo de desvio.

Se esta atribuição de rótulo de “doente mental”, pode ser consequência da falta de compreensão por parte de quem atribui, ou situação da pessoa atribuída, não é possível negar que a sociedade ou até mesmo a própria instituição psiquiátrica sendo, enquanto grupo, geralmente mais forte que o indivíduo, a tendência será que a pessoa cedo ou tarde ceda às pressões dos valores impostos a ela. E nesse sentido, se por um lado muitas famílias pedem pelo internamento do doente com receio de que ocorram rompimentos mais graves nas relações familiares, o doente por sua vez, tende a “[...] compreender ou fingir compreender a interpretação que o hospital dá dele.” (GOFFMAN, 1992, p. 132), para que assim, além de desfrutar, principalmente com o “grupo dirigente” de relações mais amigáveis no ambiente institucional, possa também suportar as alterações no eu, que são inevitáveis numa situação em que é necessário “[...] viver num mundo dentro de outro mundo” (GOFFMAN, 1992, p.140). Mas, a atribuição do diagnóstico de doente mental, ou seja, o enquadramento de um perfil de comportamento em um certo quadro explicativo pode não ser simplesmente uma “falta de compreensão”, principalmente da parte de quem atribui.

Podemos entender o estigma, o diagnóstico ou qualquer outra forma de enquadramento e explicação do comportamento humano como um fenômeno sociológico, no sentido de uma forma culturalizada e, até mesmo, institucionalizada de explicar e entender os fenômenos do mundo na vida cotidiana.

Em nossa sociedade, a medicina tem uma função claramente legitimadora; alguém está legítima e inquestionavelmente doente se o médico assim afirma. Principalmente em decorrência do diagnóstico, a identificação de uma forma de comportamento como doença, passa a significar o desvio de um padrão, por isso, tornar-se doente é ser rotulado, categorizado

como tal. A atribuição do rótulo de doença a um certo comportamento considerado desviante ocorre devido à “reação societal”, que freqüentemente se dá em momentos de extremo conflito nas relações de face, que desencadeiam a atribuição de um status e um papel de doente (GERHARDT, 1989). A teoria da rotulação, segundo Gerhardt, (1989), defende a idéia de que o controle social exercido pela profissão médica força ou adequa o paciente para que ele se torne um desviante crônico. Assim, a função da terapia pode ser vista, enquanto capaz de assegurar ou fortalecer que a incumbência do papel de doente não seja transitória, mas algo que é imposto ao doente de modo permanente. Na ótica da teoria da rotulagem, embora a terapia seja um tratamento o paciente não adquire a normalidade. Para Gerhardt (1989), ao enfatizar a crítica à profissão médica e ao seu poder de fixar o rótulo de doente mental sobre o paciente, esta teoria também acaba por destituí-lo da capacidade de reagir a este processo. O indivíduo permanece, então, enquanto um membro desviante da sociedade, relativamente sem poder para reagir em direção à redefinição da identidade de doente mental.

Somos levados, então, a uma ampliação do campo de análise e passamos a falar com mais segurança nas “contingências sociais”, situações e contextos das relações familiares e outras relações de face em que o estigma ou rótulo de doente mental é atribuído a uma pessoa, é negociado, mantido ou mesmo rejeitado.

A rotulação de um indivíduo como doente mental implica na existência de certas circunstâncias que favoreçam a efetivação de tal processo, no fato de que em determinada cultura existem modelos a serem seguidos, e também o papel adquirido em decorrência desse processo que inclui a formação de uma identidade. Para se compreender este mecanismo, é preciso levar em conta o tipo de organização social em que o indivíduo está inserido, entendida como, desde o contexto da identificação de um problema como doença, até a ajuda profissional e organização do tratamento. O “rótulo”, o comportamento “anormal” e a “reação social” atuam juntos na efetivação do estigma e concomitantemente na imputação de um novo papel e uma nova identidade, mas ao mesmo tempo, “[...] a importância potencial da reação da sociedade para estabilizar a transgressão das regras se concentra principalmente nos mecanismos de controle social”. (SCHEFF, 1982, p. 23). Por isso, Gerhardt (1989, p. 93). ressalta a idéia de que as pessoas de uma determi-

nada cultura conhecem de certa forma os sintomas que o seu grupo atribui à doença mental e sendo assim, “[...] a discrepância é notada entre aqueles que exibem certos sintomas ou apresentam certos comportamentos; são estes que são diagnosticados com base em tais comportamentos ou sintomas”.

Podemos pensar então que o surgimento da doença mental ou a identificação de uma forma de comportamento indicada como doença mental, a atribuição do estigma, e até a aceitação por parte do indivíduo desse estigma, vai excluindo, relembrando Parsons (1965), o indivíduo de assumir as responsabilidades e obrigações que antes já desenvolvia.

3.3 A fenomenologia nas Ciências Sociais: o retorno das explicações sem soluções

Quando o indivíduo reorganiza o seu comportamento, com base em certos estereótipos ou tipificações, começa a desenvolver um comportamento socialmente esperado, pois “[...] ao cumprir esse papel, a pessoa dele incumbida se tipifica, isto é, resolve agir de modo típico definido pelo papel social que assumiu.” (SCHUTZ, 1979, p. 119). A autotipificação é parte integrante da dinâmica social no desempenho de papéis e no processo de desorganização da identidade que também envolve o surgimento de outro “tipo” de comportamento. A desorganização da identidade pode ser reconhecida como período inicial do surgimento do problema chegando até a definição de que há de fato um “problema”; envolve também uma autotipificação por parte do indivíduo em aflição.

A literatura sócio-antropológica tem apontado para o fato de que os indivíduos implicados em processos de adoecimento e rotulação refletem, (re) constroem, compartilham interpretações e significados para os seus problemas. Na verdade, apesar da interessante noção de carreira moral do doente mental, Goffman (1992) não dá conta de toda a complexidade desse processo no que toca ao jogo de definições que são elaboradas no curso desta carreira, pelos distintos atores sociais. Daí, se podemos pensar a estigmatização como um processo de tipificação, temos que perguntar pelo acúmulo e significado das experiências na trajetória biográfica do indivíduo. O que as teorias sobre o estigma parecem não reconhecer ou deixar muito claro

é, primeiro, a possibilidade de escolha do indivíduo no sentido de negociar ou mesmo negar o rótulo que lhe foi atribuído em diferentes grupos que está atuando tais como a família, vizinhança etc., com isso, também uma possibilidade de (re)elaboração da identidade. Segundo, que as ações esperadas, o preenchimento das expectativas não pode ser tomado simplesmente como um roteiro previamente elaborado. Sem dúvida que o mundo dado é fundamentalmente normatizador; os próprios processos e efetivação da estigmatização já nos indicam a influência e o poder do significado cultural para certos sintomas e categorias, reificados através da noção de “realidade” ou “verdade”. Entretanto, através do acúmulo de experiências, o indivíduo adquire para si mesmo uma maior opção de escolhas; pode transformar as situações pautando seu comportamento por novos princípios de conduta.

Buscamos com isso, fugir do perigo de reduzir o comportamento humano a nomes, nosologias e conceitos sobre desordens psiquiátricas, negligenciando a experiência e significação humana desses nomes, idéias, estigmas ou como são descritos e explicados por aqueles que vivenciam a situação de doença. Quando tais reduções surgem, nós podemos perder de vista o fato de que “esquizofrenia”, “depressão” e outras desordens psiquiátricas não têm elas mesmas um status ontológico, mas, antes, são conceitos usados para descrever e explicar desordens ou supostas desordens, sentimentos, comportamentos particulares de homens e mulheres em situações econômicas, culturais e sociais específicas. Se privilegiamos e reedificamos as categorias psiquiátricas de enfermidade, nos arriscamos a uma interpretação, entendimento e definição das características do fenômeno que estamos estudando, razoavelmente distantes da experiência subjetiva de aflição. No mesmo sentido, estamos atentos para o fato de que as orientações locais e culturais organizam nosso senso comum, o estilo convencional da vida cotidiana sobre como entender o desvio. Deste modo, nós podemos falar de experiência da doença nos termos de que ela é em certa medida quase sempre, culturalmente formada. Entretanto, o enquadramento cultural envolve as relações do mundo que acontece, o mundo das relações cotidianas. É aí que “[...] as expectativas convencionais sobre a doença são alteradas através de negociações em diferentes situações sociais e em particular na trama das relações de parentesco.” (KLEINMAN, 1988, p. 5).

Dito isso, podemos nos voltar para o fato de que, quando citamos a

trama das relações de parentesco muito evidente em uma situação de desvio, podemos chamar atenção para certas diferenciações de interpretações ou significados da doença dentro deste mesmo universo simbólico das interações familiares, que ora se completam, ora se opõem, mas que convivem de uma forma ou de outra num mesmo ambiente. Numa relação de alternância entre oposição e complementaridade à visão de enfermidade elaborada pelo desviante e seus familiares, encontramos um campo semântico também normatizador que é o diagnóstico médico. Por isso, os conceitos *Illness* e *Disease* propostos por Kleinman (1988), possibilitam esclarecer a questão “doença” nas interpretações tanto no que se refere ao “olhar” biomédico, como das relações do doente no meio sócio-cultural mais imediato.

Illness é a experiência dos sintomas, como a pessoa doente e os membros da família ou rede social vivenciam e respondem aos sintomas de incapacidade ou instabilidade. Envolve as explicações do senso comum, acessíveis a todas as pessoas do grupo social, referindo-se aos julgamentos das formas de aflição, das práticas diárias ligadas aos sintomas, e como algo próprio da biografia individual. É neste âmbito da experiência da aflição (*illness*) que se dá desde a decisão de quando procurar um tratamento de profissionais ou práticas alternativas, até a própria indicação e definição do tratamento, incluindo, por exemplo, as mudanças de atitudes e atividades decorrentes do processo terapêutico.

Disease aponta para a entrada do médico no teatro das relações familiares. É quando o especialista introduz uma redefinição da experiência subjetiva da aflição em termos de uma teoria da desordem, através da qual vê a doença tanto por uma lente teórica, como por formas particulares de práticas terapêuticas. O médico reconfigura, dando um novo enquadramento aos sintomas e problemas da doença do seu paciente e da família, através da emissão de resultados provenientes de técnicas próprias, tais como os exames diagnósticos e medicamentos. “*Disease* é um problema na perspectiva médica”, nos diz Kleinman (1988, p.6), que redefine esse conceito em termos biológicos e através do modelo biomédico.

A compreensão da dualidade desvio/inserção num universo simbólico, com todas as suas implicações no âmbito da experiência de indivíduos e de grupos, nos leva a buscar uma dinâmica que deve ser apresentada em termos simbólicos e de significação. “O universo simbólico é concebido como ma-

triz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais” (BERGER; LUCKMANN, 1993, p. 132). Seguindo esta idéia, podemos afirmar que os reflexos das experiências, juntamente com estas disposições sócio-culturais estão presentes nas escolhas individuais de conduta e que sempre ocorrem dentro dos parâmetros simbólicos que permitem “[...] ordenar diferentes fases da biografia” (BERGER; LUCKMANN, 1993, p. 136) de cada pessoa. As significações das características que apontam para um desvio podem ser vistas, então, como que conduzidas a uma certa padronização, enquanto ações sociais tipificadas e tipificadoras. Por isso, Kleinman afirma:

“É o mundo transacional em que a vida cotidiana é ordenada, em que os papéis sociais são definidos e desempenhados, e em que as pessoas negociam entre si em status e relacionamentos estabelecidos, direcionadas por um sistema cultural de papéis. A realidade social é constituída para e em torno de significados, instituições e relações sancionadas pela sociedade. A realidade social é construída ou criada no sentido de que certos significados, configurações estruturais sociais e comportamentos são sancionados (ou legitimados) uns pelos outros. O indivíduo absorve (internaliza) a realidade social - como um sistema simbólico de significados e normas que governam seu comportamento, sua percepção de mundo e sua comunicação com os outros, sua compreensão...do meio ambiente interpessoal... e o espaço intrapsíquico”. (KLEINMAN, 1980, p. 35, 36).

Essa noção de mundo interpessoal nos conduz ao conceito de “intersubjetividade”. Este conceito é central na sociologia fenomenológica por tratar da questão do mundo que nos é familiar, no contexto grupal. É o mundo cotidiano coerentemente organizado e compartilhado, no qual a reciprocidade das perspectivas e expectativas dos atores tende a um certo grau de convergência e sentido.

É nesse mundo da atitude natural, cuja interpretação de baseia em “es-toques de conhecimento” que se desenvolvem as experiências dos sujeitos. Mas, apesar da especificidade das suas experiências, os atores concordam tacitamente sobre uma definição intersubjetiva do mundo, dão em certa medida, um sentido comum ao mundo que está aí (BERGER; LUCKMANN, 1993; COULON, 1987; SCHUTZ, 1979, 1993). Além disso, a vivência no mundo cotidiano não é constituída apenas das experiências intencionais e refletidas. Na verdade, a vida cotidiana e nela a relação

face a face só é possível devido ao aspecto irrefletido das atitudes dos indivíduos nos seus mundos. As ações dos sujeitos “mergulhados” no mundo da vida ajudam a desenvolver e a manter o sentido de realidade do mundo individual e social, ou seja, antes de mais nada, uma realidade ordenada. Se estas ações não possuem sua origem numa reflexão, é também porque a motivação e o próprio significado destas ações para os sujeitos já não precisam mais de constantes e intensas redefinições.

É neste aspecto quase inquestionável das “ações habituais”, que se desenvolve uma coordenação cada vez mais complexa, em que o caráter normatizador intrínseco da vida cotidiana é sempre reafirmado. Segundo Berger e Luckmann (1993, p. 173). “[...] o indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade.” Entretanto, tomando como pressuposto que o indivíduo é induzido a fazer parte da sociedade, a socialização é efetivada por três aspectos que atuam em conjunto: exteriorização, objetivação e interiorização.

A exteriorização é a contínua efusão do homem sobre o mundo, quer na atividade física quer na atividade mental dos homens. A objetivação é a conquista por parte dos produtos dessa atividade (física e mental) de uma realidade que se defronta com os seus produtores originais como faticidade exterior e distinta deles. A interiorização é a reapropriação dessa mesma realidade por parte dos homens, transformando-as novamente de estruturas do mundo objetivo em estruturas da consciência subjetiva. É através da exteriorização que a sociedade é um produto humano. É através da objetivação que a sociedade se torna uma realidade *sui generis*. É através da interiorização que o homem é um produto da sociedade.” (BERGER, 1985, p.16).

Daí temos como resultado que “[...] o indivíduo é socializado para ser uma determinada pessoa e habitar um determinado mundo.” (BERGER, 1985, p. 29). Ocorre uma certa “simetria” entre o mundo subjetivo e o objetivado. Entretanto, numa situação de desvio, verificam-se rupturas no fluxo natural da vida cotidiana. Estas rupturas são quase sempre percebidas como problema, principalmente se envolve o indício ou certeza de uma enfermidade, ou comportamento violento. Isso, porque as experiências que parecem familiares, naturais, podem, mesmo que com algum esforço, serem questionadas ou até mesmo alteradas. E é isso que a situação de desvio faz: rompe com o fluxo da vida cotidiana instituindo um “problema”.

Nesse ponto, chegamos à situação biográfica do sujeito, com base na qual o “agora” pode ser transformado, a nova experiência em curso é interpretada a partir do “estoque de conhecimento” que serve como parâmetro de interpretação e de interação. Esse “estoque de conhecimento” atuará como instrumento na alteração das experiências em curso, ao mesmo tempo contextualizadas e orientadas pela trajetória biográficas dos sujeitos. Novos ajustamentos são elaborados de acordo com padrões de experiências, ou “códigos de interpretação de experiências passadas”. (SCHUTZ, 1979, p. 74) acumuladas biograficamente. Este “estoque de conhecimento existe num fluxo contínuo e muda de qualquer agora para o seguinte, não só em termos de extensão com também de estrutura”(SCHUTZ, 1979, p. 75).

A nova tipificação de comportamento por parte dos elementos do grupo, que normatiza o desvio num novo papel e nova identidade, aponta também para uma padronização como outra forma de orientação num mesmo universo simbólico. Ao mesmo tempo, estas redefinições de papéis são maneiras de definir e significar situações, eventos da vida cotidiana e não apenas regras a serem seguidas, como simplesmente pré-determinadas. Condutas “inadaptadas” tornam-se “adaptadas”, isso porque uma forma de comportamento que leva à instabilidade da vida cotidiana, que questiona por si mesmo o caráter normatizador do mundo da vida, é percebido a partir de um outro modelo explicativo que lhe dá sentido e coerência. Isso ocorre “[...] através da referência ao estoque de conhecimento à mão, num determinado agora”, o que torna “[...] a experiência atual em curso parecer familiar.” (SCHUTZ, 1979, p. 79).

O “estoque de conhecimento” torna-se então, um parâmetro para que os indivíduos revejam o seu próprio passado na perspectiva do presente. Podendo assim, elaborar um projeto para o futuro, resultado também do que viveram, como viveram, quando e onde. Juntando as pedras do “quebra cabeça”, as pessoas reorganizam fatos, pensamentos e emoções.

4 Conclusão: a permanência do controle

A prática de determinadas formas de comportamento que põe em risco a vida humana sempre foi alvo de certa atenção. Os códigos morais ou as

“éticas de comportamento”, muito antes do surgimento do Estado, no mundo ocidental, serviram de parâmetro de orientação para o comportamento humano. Princípios religiosos enquanto partes componentes destas “éticas de comportamento”, também influenciaram bastante a concepção de crime antes que o fenômeno passasse a ser estudado por algum critério pretensamente científico. Humores e demônios, por muito tempo, estiveram como fundamento de muitas das explicações.

A modernidade enquanto modelo de organização social e de comportamentos trouxe profundas transformações para o mundo ocidental. Acarretou, gradativamente, mudanças significativas na percepção e sentido de entender o criminoso não mais como um inimigo do governante e sim, como um inimigo da sociedade. O Estado moderno tornou-se o responsável pelo julgamento e punição nos termos em que conhecemos hoje.

Entretanto, apesar de todas as variações conceituais de crime, de épocas e lugares diferentes, refletidas explicitamente nos correspondentes códigos penais, as sociedades humanas não puderam, evidentemente, extinguir o crime. Um sistema cada vez mais complexo de normas morais e legais conseguiu orientar um processo civilizatório que chega aos nossos dias apresentando inevitáveis falhas diante de uma natureza humana visivelmente agressiva.

Nesse confronto constante e eterno entre natureza e cultura, o grande perigo para o homem não está nos instintos, mas, no ego. O perigo existe quando um ego fraco vacila perante os ditames da natureza. É nesse momento que cometemos os atos mais bárbaros com um prazer profundo. O controle social faz-se então necessário através da socialização, que leva as pessoas a temerem o que outras pessoas podem pensar delas e então, não cometer crimes temendo as conseqüências sociais, como decorrência desses atos. Daí, que a socialização é importante para um grupo, por implicar maior grau de controle sobre os desejos e comportamentos das pessoas.

São quase infinitas as formas de agressão que o comportamento humano pode expressar; desde cinismos, falcatruas e traições até torturas físicas e psicológicas chegando a assassinatos cruéis.

O crime em série, serial killer, tal como foi retratado, por exemplo, num mosteiro medieval em *O Nome da Rosa*, mostra que, mesmo um ambiente

de oração e contemplação pode não ser suficiente para conter certas vontades humanas. E, diante de tantas experiências, um estudo metucioso não pode sustentar a idéia de crime inconsciente. Por exemplo, numa dada circunstância, Raskólnikov refletiu. Ele estava consciente, sabia que queria matar uma mulher idosa abrindo-lhe a cabeça com um machado. “Sentia que seus membros se paralisavam. Receou deixar cair a arma... repentinamente, a cabeça começou a andar-lhe à roda [...]” (DOSTOIEVSKI, 1998, p. 86). Em “Covardia”, de Guy de Maupassant, o Visconde Gontran-Joseph de Signoles diz:

[...] Permanecia de pé em face do espelho. Pôs a língua, como para verificar o estado de sua saúde, e de súbito este pensamento o varou como bala; depois de amanhã, a estas mesmas horas, eu estarei morto, talvez. E o seu coração recomeçou a bater furiosamente. Depois de amanhã, a estas mesmas horas, eu estarei morto, talvez. Essa pessoa defronte de mim, esse que eu vejo no espelho não existirá mais. Como! Eis-me aqui, eu me olho, eu me sinto viver e, dentro de vinte e quatro horas, estarei deitado naquele leito, morto, com os olhos fechados, frio, inanimado, extinto. (DE MAUPASSANT, 1958, p. 383).

Por não resistir à tensão da possibilidade de morrer em um duelo, o Visconde comete suicídio. Tomou uma pistola nas mãos e apontou para o rosto.

Ele olhava na extremidade daquele orifício negro e profundo que cospe a morte, pensava na desonra, nas murmurações dos clubes, nos risos dos salões, no desprezo das mulheres, nas alusões dos jornais, nos insultos que lhe lançariam os covardes.

Continuava a olhar a arma, e, erguendo o cão, viu de súbito uma escorva brilhar em baixo como uma pequena chama vermelha. (DE MAUPASSANT, 1958, p. 383, 386).

Nos extremos do comportamento humano, o crime e a loucura, estes tipos de transformação humana podem ser inesperados. O inusitado kafkaniano, uma metamorfose, pode acontecer a qualquer momento. As reações adversas traduzidas em crime através de algum ato de agressão podem ser muito mais por questões morais ou distúrbios psicológicos do que por uma ameaça iminente à vida ou à sociedade. O auge da tensão acontece exatamente quando nos deparamos com uma mudança irreversível dentro ou fora de nós mesmos. Eis o momento do horror. A transformação pessoal que rompe o fluxo normal da vida cotidiana causa espanto, pode ser por

isso, trágico. O assassinato e a morte estão entre estes fenômenos. O desejo de voltar atrás se embate com a vontade de ir adiante como aconteceu com Raskólnikov.

Entre agosto e novembro de 1888 quando Jack, o Estripador, passou a dilacerar prostitutas no subúrbio londrino há um contexto muito próprio no qual este fenômeno vai se destacar. As transformações causadas pelo capitalismo industrial, o surgimento dos grandes centros urbanos com suas profundas mudanças demográficas, dão origem às idéias a respeito de planejamento e controle social que vão delineando e caracterizando um novo modelo de sociedade da qual a nossa é apenas um outro nível de sofisticação das técnicas de controle.

O problema é que dois tipos distintos de criminalidade começam a aparecer neste cenário ou pelo menos passam a chamar atenção. São formas de comportamento que mesmo que não possam ser apontadas como resultado da sociedade capitalista vão cada vez mais se tornando típicas tanto deste modelo de organização social e econômica, como vão ganhar características criminológicas próprias deste contexto. O que temos em questão é por um lado, o crime, fruto de um distúrbio psíquico, aquele que se reflete ou dá origem ao crime passional, ou ainda, ao serial killer e por outro, aquela criminalidade que comumente leigos e acadêmicos diagnosticam como “problema social”.

O que chamamos hoje de roubo e furto, por exemplo, sempre existiram, mas ganham contornos próprios, os *modus operandis* típicos de uma grande aglomeração urbana. Os objetivos do crime também mudaram, assim como, suas respectivas estratégias de realização numa sociedade em que ocorre a completa desapropriação dos meios de produção e a propriedade privada em qualquer medida não é privilégio de todos. Entretanto, afirmar que o crime é um problema social é manter tal enigma sem resposta. No século XX, pelo menos, tanto nas sociedades com propriedade privada como nas sem propriedade privada, crimes atrozes aconteceram e muitas vezes em série. Em termos de crime em série “[...] na China, o chamado ‘cidadão X’ pode ser responsável por mais de 1000 mortes” (CASOY, 2002, p. 31). Na Rússia, Andrei Chikatilo também conhecido como o “Açougueiro de Rostow” assumiu 52 assassinatos muitos dos quais as vítimas eram crianças que tiveram seus órgãos genitais extirpados com a boca.

Os estudos sobre o crime e outros comportamentos extremos sempre desconcertaram os paradigmas científicos. Melhor então pensar como Durkheim ao afirmar que sempre há uma relação entre tipos e quantidades de crime e a consciência coletiva. Há sempre contextos mais ou menos favoráveis a certos tipos de crime, mas há aqueles que parecem estar muito mais ligados a problemas psicológicos. Por isso, o crime faz parte das “condições normais da vida. Pelo próprio fato de um certo grau de atividade passional sempre ser necessário, sempre há crimes”. O que é mais importante é “[...] que sua taxa seja adequada ao estado em que se encontra a sociedade. Uma sociedade sem homicídios não é mais pura do que uma sociedade sem paixões.” (DURKHEIM, 2002, p. 167).

O projeto moderno de uma sociedade do controle pode ser então, traduzido através do conceito de planejamento. Essa característica típica de uma sociedade com fortes tendências ao descontrole se refletiu de forma veemente nas análises e tentativas de reeducação do comportamento humano. As teorias sobre evolucionismo que enfatizaram os determinismos raciais apareceram décadas antes de Jack, o Estripador, e foram um bom exemplo desses mecanismos de controle. As teorias da frenologia, craniometria, eugenia e darwinismo social tornam-se parâmetros para ações político-jurídicas, na tentativa de poder identificar, justificar e corrigir, certos problemas de comportamento humano individual e coletivamente manifesto, que passam a ser incompatíveis com a nova moral e estética burguesa, cada vez mais predominante. Em meio à difusão dessa moral-estética, importante à acumulação de capital e à manutenção deste modelo de produção que “[...] o irregular, o agitado, o perigoso e o infame são objeto da exclusão.” (FOUCAULT, 1997, p. 36).

Identificar o atavismo, os caracteres físicos e modos comportamentais que delatavam a presença da “anormalidade” tornou-se uma forma importante de explicar uma certa “resistência” ao enquadramento do comportamento de certos indivíduos e grupos sociais. Os níveis de exploração e ao mesmo tempo a crescente e exorbitante acumulação de riquezas têm como consequência grupos sociais que ameaçam constantemente a propriedade. As elites percebem que é possível efetivar a acumulação de capital sem reforma social. Difundiu-se a idéia de que os distúrbios de comportamentos oriundos desta estrutura social poderiam ser corrigidos através da ação organizada de

instituições para esse fim. A fábrica torna-se uma instituição educativa importante no sentido de moldar o comportamento do operário ao mesmo tempo em que nos casos de excessivo desvio “[...] a penalidade pune a infração, a reclusão, por sua vez, sanciona a desordem” (FOUCAULT, 1997, p. 36) numa “[...] sociedade que criminaliza atividades desenvolvidas a partir das contradições de sua economia política” (TAYLOR; WALTON; YOUNG, 1980, p. 19). Fábrica, Panoptismo, Escola e Hospício formam as bases de sustentação deste modelo de sociedade do controle da qual nós somos resultado. O controle dos desejos, através da internalização de uma moral-estética se dá, antes de tudo, através do controle dos corpos. Esse controle dos corpos não resulta apenas num certo ordenamento social e econômico, também, num tipo de controle político, uma vez que, ao ordenar e legitimar um modelo de relação social, fundamenta as relações de poder. As instituições e técnicas de controle das massas, ora coletivizam os comportamentos, em outros individualizam, sempre dependendo apenas da necessidade para coagir os indivíduos e por conseqüência manter a coletividade sob controle.

Mas, há uma relação entre fábrica e presídio, organização das relações de trabalho e criminologia que tem uma outra instituição como mediadora, a polícia. Não por acaso, a polícia moderna surge como uma tentativa de estender a capacidade de controle político do Estado que, por sua vez, correspondesse aos interesses das elites política e econômica.

Cada vez mais, manter a ordem passou a significar a manter a estética burguesa e assegurar a propriedade privada. A capacidade de persuasão do Estado estava se desenvolvendo, mas, jamais chegará aos níveis ideais. A manipulação dos comportamentos, através da retórica e do terror como acontece atualmente, foram, são e serão as mais poderosas armas de coerção e controle das sociedades modernas, via mecanismos do Estado.

Toda a severidade da justiça do século XIX, na Inglaterra, por exemplo, não foram suficientes para que o ordenamento social fosse mantido em harmonia. Em dias de enforcamento, as escolas dispensavam os alunos para que fossem assistir ao enforcamento, como extensão do processo educativo. Entretanto,

[...] se um crime que é punido, há muitos cujos culpados não são descobertos. A polícia está ainda mal organizada. Muitas cidades não contam por muito tempo senão com os guardas-noturnos ou os pregoeiros públicos

pagos pelas municipalidades e, no campo, os guardas das grandes propriedades. Em casos de desordens sérias, o exército vem dar uma ajuda. Em 1829 Sir Robert Peel, Ministro do Interior, criou no entanto em Londres um corpo de policemen... vestidos de fraque azul e calças brancas, chapéu alto na cabeça e armados de moca, tornaram-se rapidamente populares, e em todos os centros importantes foram constituídos corpos de polícia análogos. Mas seus efeitos são fracos e a polícia secreta só virá a ser organizada em 1848. Talvez que a severidade das condenações se possa explicar pelo número de criminosos e delinqüentes que escapam à justiça. Os que são enforcados pagam pelos outros. (CHASTENET, 1950, p. 219).

Ao mesmo tempo, podemos perceber, então, que várias estratégias de vigilância vão se desenvolvendo, se aperfeiçoando mutuamente. Reflexo de uma organização social cada vez mais complexa, na qual a consciência coletiva como apontava Durkheim (2002), tinha cada vez menos poder de coesão social. Uma vigilância interna, implícita e silenciosa se desenvolve em paralelo a uma outra, ostensiva, explícita e ruidosa. Há aí uma forte relação entre o desenvolvimento destas instituições, a articulação de sentidos entre elas com o objetivo de manter os corpos dóceis como observou Foucault (1991b). A vigilância secreta penetra e intimida o particular, o psiquismo, o individual, o interno, os sentimentos, enquanto, a ostensividade coage a ação, o espaço público, o externo, a coletividade, a relação cotidiana em grupo.

Em função da influência mútua entre as mudanças das relações econômicas e políticas, o nível das relações sociais com seus valores morais, tradições e visões de mundo sofre, no decorrer do século XIX profundas transformações. Os comportamentos anormais passam a ser definidos e submetidos à correção através do “[...] desenvolvimento conjunto das técnicas de direção da consciência e das instituições de educação.” (FOUCAULT, 1997, p. 64).

Uma vez que a associação entre sexualidade e distúrbios psíquicos era uma idéia fortemente vigente, controlar ou curar a loucura tornou-se quase sinônimo de ação contra as imoralidades. A conduta regular, principalmente no meio familiar, assim como, a expressão adequada das emoções e desejos, tornam-se formas de diagnosticar a ausência da loucura ou o retorno à sanidade. O espaço fechado do confinamento tornou-se aparato fundamental para uma sociedade moderna e industrial-capitalista que, assim como, em qualquer outro tempo anterior, não sabia, como ainda não sabe, o que fazer com os problemas que estes meios de controle e de produção ajudam a produzir. Nesse contexto, as figuras do médico e do juiz se complementam. O

parecer médico respalda “cientificamente” a decisão judicial. Ideologia de classe e ciência estiveram, como ainda estão, articuladas, voltadas para a legitimação e eficácia do controle social e de classes.

A evolução entre o sistema fabril e a criminologia são complementares. Um tipo de mecanismo controla a manutenção da ordem evitando os desvios, enquanto o outro identifica e reprime os desviantes. Quanto mais a propriedade privada se acumula maior a necessidade de prevenir o crime.

A criminologia apresenta uma história que ocorre juntamente com outras formas de controle típicas da sociedade capitalista. A oscilação entre teorias que apontavam para as causas sociais, outras para problemas psicológicos e ainda de caráter espiritual do crime convivem num mesmo cenário em que problemas acontecem e respostas e soluções são buscadas. Mas, não por acaso, a ideologia positivista deu um grau de “cientificidade” à criminologia, passando cada vez mais a contrastar com outras teorias que apontavam para o problema da agressão e do crime como uma perversidade, ou seja, ausência de um estado-de-graça.

As vertentes que enfatizavam o trabalho como técnica disciplinar quase que o aconselhavam como uma espécie de terapia, ao passo que estas recomendações coincidiam com os interesses das classes industriais e, ao mesmo tempo, legitimavam a repressão das classes operárias para a volta ao trabalho. O trabalho passou a ser gradativamente colocado como forma de construção de identidade e, sendo assim, como parâmetro de diagnóstico, ou seja, uma das características mais graves que indicavam um indivíduo estar propenso ao crime ou à loucura, vai ser a perda do interesse pelo trabalho. Como decorrência a vadiagem começa a ser vista como crime numa sociedade fundada cada vez mais num utilitarismo meritocrático.

Atacar a vadiagem e valorizar a disciplina do trabalho tornou-se também importante política de combate às desigualdades na medida em que o trabalho pode gerar o sustento. Porém, como nos dias atuais, em meio a tal nível de exploração do trabalho, o laborismo mostra-se insuficiente na defesa social, os (des)ordeiros ameaçam a paz social baseada no conformismo. Uma nova ordem social passa a ser mantida através da sofisticação de novas formas de controle, que têm como objetivo uma constante fabricação do consenso. Neste contexto, qualquer forma de insubmissão torna-se uma ameaça ao controle do Estado. Mas, as imperfeições no controle das classes,

evidenciam a fragilidade da retórica do poder o que leva ao permanente uso da força, violência e censura por parte do Estado.

Entre rompimentos, continuidades e discontinuidades, no século XX, a ideologia do Estado do Bem-estar Social passou a ser apontada como solução dos males sociais, um maior nível de assistência principalmente aos pobres e às classes trabalhadoras. Talvez um dos mais amplos e sofisticados mecanismos de controle da sociedade do consenso que Marcuse (1967) denominou de obsoletismo programado.

No século XX, novas formas de controle aparecem e se sofisticam com uma rapidez nunca vista antes. É neste ambiente, que o papel da “assistente” social será marcante, principalmente no pós-guerra. Porém, também, gradativamente, o paradigma de que o acesso às recompensas materiais limitariam as estatísticas de desvios comportamentais fragiliza-se diante da realidade de setores da sociedade que se inquietavam diante de uma cultura do controle e do conformismo. Uma grande resistência à cultura utilitária-industrial começa a se formar entre os jovens de todas as classes, principalmente entre os mais dependentes do modelo assistencial do bem-estar e os oriundos da classe média. Os beats, a cultura psicodélica e os hippies são grupos que representam e ilustram este contexto.

Entretanto, as formas de controle tal qual o próprio Estado do Bem-estar não estavam voltadas para a classe média e alta, e não por acaso é exatamente nestes extratos sociais que também apareceram os voluntários, para compor os novos grupos de rebeldia e cujo lema não tardou a se tornar droga, sexo e rock'-n'-roll. O uso ilícito e o tráfico de drogas passam a ser uma das temáticas principais da criminologia, acompanhando todo o processo de criminalização, politização do policiamento e a expansão de um problema que nunca foi satisfatoriamente controlado.

Os estudos criminológicos vão também dando ênfase ao enfoque fenomenológico, aprofundando a questão do sentido dado pelo sujeito em constantes trocas interativas no mundo da vida cotidiana. O conceito de rotulação social e os estudos realizados pela Escola de Chicago contribuíram bastante para os fundamentos da sociologia do desvio e da sociologia criminal.

A criminologia nunca foi uma ciência autônoma e, a partir da segunda metade do século XX estudos em antropologia, genética, psiquiatria, sociolo-

gia e psicologia vão contribuir sobremaneira para o aperfeiçoamento do que podemos chamar de uma ciência do crime.

Novas teorias sobre a agressão, medidas da agressão, antecedentes da agressão, novas teorias sobre a formação da personalidade, estudos antropológicos sobre os instintos, formação do caráter, conceitos culturais de anormalidade, origens individuais e sociais da neurose, entre outras temáticas, serviram de fundamentação teórica à análise do fenômeno criminal. Mas, prosseguem ao mesmo tempo, os estudos de enfoque empírico-científico através dos quais a craniometria e a frenologia retornam em grande estilo. A idéia de higiene racial permanece ativa por todo o século XX e nunca se restringiu apenas à ideologia nazi-fascista. A transição do conceito de eugenia para o de engenharia genética nunca esteve fundamentado no princípio de uma ciência pura e, em função de influências ideológicas, progressivamente, tornou-se uma eficiente estratégia de controle de grupos étnicos perseguidos, desempregados, criminosos indesejáveis, doentes mentais, deficientes físicos e todos as categorias que poderiam ser consideradas como uma espécie de “ônus” para a acumulação de capital. Como aponta Black (2003),

Atualmente, estamos diante de uma volta potencial da discriminação eugênica, não sob bandeiras nacionais e credos políticos, mas como função da ciência humana do genoma e da globalização corporativa. As declarações aterrorizantes sobre dominação racial estão sendo substituídas por campanhas refinadas de relações públicas e pela proteção de patentes. O que a eugenia não foi capaz de realizar em um século, a nova genética pode maquinar em uma geração... Sem que o mundo soubesse, em Buchenwald e em Auschwitz, médicos eugenistas, como Joseph Mengele, continuariam a pesquisa iniciada poucos anos antes com o apoio financeiro americano, incluindo doações da Fundação Rofkeller e da Carnegie Institution. Somente depois que os segredos dos eugenistas nazistas horrorizaram o mundo, somente depois que o Tribunal de Nuremberg declarou a esterilização coercitiva como um crime contra a humanidade é que a eugenia americana recuou, ganhou uma visão mais esclarecida e emergiu como “genética” ou “engenharia humana (BLACK, 2003, p. 24, 48).

Uma criminologia no pós-guerra, com várias tendências transitando do humanismo ingênuo ao radicalismo genético, tornou-se alvo de ataques quanto ao seu status de ciência. Com o surgimento do reconhecimento da

necessidade da interdisciplinaridade para explicar os fenômenos do mundo real, a sociologia criminal foi tornando-se eixo articulador de diversas áreas do conhecimento e seus respectivos métodos de análise. Mas foi a Criminologia Crítica, que a partir dos anos 60 inicia uma análise do fenômeno da criminalidade, enfatizando os mecanismos de controle e de classe que perpassam os estudos penais-criminais. A Criminologia Crítica (TAYLOR; WALTON; YONG, 1980), também conhecida como Criminologia Radical ou Teoria Radical do Desvio, toma o materialismo histórico como princípio metodológico indo além de uma análise reduzida ao conceito de “luta de classe”, tentando entender os mecanismos de controle das políticas criminais, tudo isso como resultado de um processo sócio-histórico. Assim, aponta para os possíveis interesses nos direcionamentos e usos feitos através sistema de justiça criminal, pelos grupos dominantes, contra os grupos sociais menos favorecidos nas sociedades capitalistas atuais.

Referências

BATESON, G.; JAKSON, D.; HALEY, J. W. Hacia una teoría de la esquizofrenia. In: BATSON, G. (Org.) Interacción familiar: aportes fundamentales sobre teoría e técnica. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporaneo, 1974.

_____. Uma teoria sobre a brincadeira e a fantasia. In: Sociolinguística Interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso. Porto Alegre: Ed Porto Alegre, 1998.

BECKER, H. S. Outsiders: studies in the sociology of deviance. New York: TheFree Press, 1973.

BENEDICT, R. Padrões de cultura. Lisboa: Livros do Brasil, 1964. BERGER, P. O dossel sagrado. Paulinas, 1985.

BERBER, P.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

BLACK, Edwin. A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior. São Paulo: Girafa, 2003.

BLUMER, Herbert. A sociedade concebida como interação simbólica. In: CHAZEL, F.; BIRNBAUM, P. Teoria sociológica. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1977.

BRENDLER, J.; SILVER, M.; HABER, M. ; SARGENT, J. Doença mental, caos e violência: terapias com famílias à beira da ruptura. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1978. CASOY, I. Serial Killer: louco ou cruel? São Paulo: WVC Editora, 2002.

CHASTENET, J. A vida quotidiana em Inglaterra no começo da era vitoriana (1837-1851). Rio de Janeiro: Lisboa, 1950.

COOLEY, C. H. Grupos primários. In: PIERSON, D. (Org.) Estudos de organização social: leituras de sociologia e antropologia social. São Paulo: Martins Editora, Tomo II, 1949.

COULON, A. A escola de Chicago. São Paulo: Papyrus, 1992.

_____. Etnometodologia. Petrópolis: Vozes, 1987.

DE MAUPASSANT, G. Covardia. In: Contos. Rio de Janeiro: Globo, 1958

DOSTOIEVSKI, Fiódor. Crime e castigo. São Paulo: Ediouro, 1998.

DUMONT, Louis. Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992.

DURKHEIM, E. Lições de Sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2002

FOUCAULT, M. História da loucura. São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

_____. Vigiar e punir: a história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1991.

GERHARDT, U. Ideas about Illness: an intellectual and political history of medical sociology. Macmillan, 1989.

GOFFMAN, E. Estigma: La identidad deteriorada. Buenos Aires: Amarrotu, 1963.

_____. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. Representação do Eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, E. A situação negligenciada, Footing. In: Sociolinguística Interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso. Porto Alegre: Porto Alegre, 1998.

GOULD, S. J. A falsa medida do homem. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HELMAN, C. G. Cultura, saúde e doença. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

KLEINMAN, A. The illness narratives: Suffering, healing & the human Condition. Basic Books, 1988.

_____. Patients and healers in the context of culture: na exploration of the Borderland between Anthropology, Medicine, and Psychiatry. University of California Press, 1980.

LAING, R. D. O Eu dividido: estudo existencial da sanidade e da loucura. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. O Eu e os outros. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. A política da família. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

LÉVI-STRAUSS, Claude O pensamento selvagem. São Paulo: Papyrus, 1989.

LAPLANTINE, F. Aprender etnopsiquiatria. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARCUSE, H. Ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEAD, G. H., Espíritu, persona y sociedade. Buenos Aires: Paidós, 1977

MEAD, M. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MAUSS, M. Ensaios de sociologia. São Paulo: Perspectiva, 1981.

PARK, R. Mudança social e desorganização social. In: CHAZEL, F.; BIR-MBAUM, P. Teoria sociológica. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1977.

PARSONS, T. A doença e o papel do médico: uma perspectiva sociológica. In: KLUCKHOHN; M; SCHNEIDER. Personalidade: na natureza, na sociedade, na cultura. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

_____. Papel e sistema social. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. Homem e sociedade. São Paulo: Nacional, 1965.

PESSOTI, I. A loucura e suas épocas. São Paulo: Ed. 34, 1994.

ROSEN, G. Loucura y sociedad: sociologia histórica de la enfermedad mental. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

SCHEFF, T. El rol de enfermo mental. Barcelona: Paidós, 1982.

SCHUTZ, A. Fenomenologia e relações sociais. In: WAGNER, HELMUT R. (Org.) Textos Escolhidos. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SZASZ, T. S. A fabricação da loucura: um estudo comparativo entre a inquisição e o movimento de saúde mental. Rio de Janeiro: Guanabara, 1971.

TAYLOR, I., WALTON, P.; YOUNG, J. (Orgs.) Criminologia crítica. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

OSVALDO BASTOS NETO

Bacharel em Ciências Sociais, UFBA. Mestre em Sociologia, UFBA. Professor Assistente de Ciência Política da UCSal. Professor Assistente de Sociologia da Faculdade Batista Brasileira (FBB). Professor de Sociologia Criminal da Academia de Oficiais da Polícia Militar da Bahia. Professor de Sociologia Criminal de Pós- Graduação do Curso de Especialização em Segurança Pública da PM/Ba. Professor de Pós-Graduação em Metodologia do Ensino Superior (FBB). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Teoria Política, Social e Cidadania. (NEC./FBB0. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pública: relações com o Terceiro Setor – UCSal. E-mail: osvaldobneto@terra.com.br

Artigo recebido para publicação em 1/07/2004.